

Por que as pesquisas eleitorais importam?

» HELCIMARA TELLES
Historiadora, cientista política, professora da UFMG e presidente da Abrapel

A Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel) acaba de ser fundada. Já reúne cerca de 300 filiados do mercado e das universidades que lidam com pesquisas qualitativas e quantitativas. São cientistas políticos, sociólogos, comunicólogos, psicólogos, neurocientistas, estatísticos, jornalistas e outros profissionais de disciplinas constituídas para a compreensão da dimensão eleitoral.

O nascimento da Abrapel coincide com as eleições presidenciais brasileiras e se insere num contexto internacional de reconhecido combate aos métodos científicos e de crescimento dos estudos sobre agnotologia. Trata-se de nova ciência que investiga a “produção da ignorância” de forma intencional.

O conceito, disseminado pelo americano Robert Proctor (Universidade de Stanford), foi esmiuçado no livro *Agnotology: the making and unmaking of Ignorance* (*Agnotologia: a construção e a desconstrução da ignorância*), de 2008. Há anos, os negacionistas vêm produzindo conteúdo falsamente científico para difundir desinformação e dúvidas sobre o conhecimento de pesquisadores e pesquisas eleitorais.

A agnotologia também busca revelar as estratégias para dar credibilidade à ignorância produzida. Nas redes sociais, são recorrentes as mensagens falsamente científicas sobre pesquisas eleitorais, usando métodos jornalísticos. Portais são criados com aparência de confiabilidade, mas publicam notícias falsas ou descredenciam profissionais e institutos. A ignorância não nasceu nas redes, mas, com a expansão dessas mídias, numa sociedade do espetáculo digitalizado, a disseminação da informação falsa ganhou velocidade e escala, sendo extremamente difícil para instituições e pesquisadores a desmentirem.

A ignorância passa a ser ferramenta para confundir. E, numa campanha eleitoral polarizada como a atual, um dos alvos é a pesquisa eleitoral. Levantamento recente mostrou que grupos de WhatsApp, Telegram e canais no YouTube promovem a deslegitimação das pesquisas eleitorais. Em seu lugar, bolsoneiros recorrem a um “DataPovo” — medem a opinião popular supostamente concentrada em encontros que envolveriam multidões



nas ruas para apoiar um político.

Numa sociedade de baixa escolaridade como a brasileira, não é difícil convencer o público de que pesquisas eleitorais são comprometidas com alguma força de oposição ao político preferido — o engano, contudo, não se restringe a uma faixa educacional ou de renda. Isso vale, especialmente, para grupos de extrema-direita, mas ocorre em menor medida no discurso de indivíduos dos campos da esquerda e do centro. Como a argumentação é simples, pega.

O eleitor precisa conhecer e confiar em métodos científicos, mas eles estão constantemente postos sob suspeita. Quando ele assiste a uma multidão nas ruas com seu candidato e desconhece métodos de apuração de preferências políticas, orienta-se pelo que vê — imagens difundidas pelos produtores da ignorância. O DataPovo é validado, pois o senso comum se identifica com aquilo exibido como as “vozes das ruas”.

Por seu lado, o eleitor médio não tem ferramentas nem tempo para se informar. Tende a descartar o que lhe causa desconforto e contraria seus valores, ideologias e expectativas em relação a um político. Uma vez decidido, as pesquisas, mesmo as falsas, podem reforçar suas opiniões. Mas se o eleitor ainda

está indeciso? Para que servem as pesquisas? São fontes de informação para reduzir o grau de incerteza sobre o futuro. Realizadas de forma científica, podem ajudá-lo a manter o voto ou a escolher outro candidato que se aproxime mais de sua maneira de pensar, ainda que não seja o preferido. É o chamado voto útil.

Pesquisas sérias importam. Fornecem informações mais fidedignas sobre o momento da opinião pública e das disputas. Contribuem para que o cidadão, numa democracia, possa decidir da forma mais racional possível. Mas, quando dados falsos são divulgados como reais, quando a descrença é maior que a confiança, como o cidadão comum pode fazer suas escolhas?

Essas questões norteiam a Abrapel. Nosso compromisso é produzir e divulgar conhecimento científico para compreender a sociedade brasileira. Queremos desafiar o atual contexto de produção da ignorância, no qual análises da realidade eleitoral têm, muitas vezes, suportado mais ideologia do que informação científica.

Há muitos desafios a enfrentar pelos pesquisadores eleitorais. A ampliação dos canais de comunicação entre a ciência e a sociedade é essencial para reduzir os enormes danos sociais produzidos pela desinformação.

Potássio de Belarus

» SERGEY LUKASHEVICH
Embaixador de Belarus no Brasil

Dados da Comexstat mostram que, de janeiro a março de 2022, cerca de 612 mil toneladas de cloreto de potássio foram enviadas para o Brasil da Belarus, cerca de 659 mil toneladas da Rússia e 719 mil toneladas do Canadá. Esses três países continuam sendo os líderes no fornecimento de fertilizantes potássicos ao Brasil, como em 2021.

Nossos produtos são fornecidos nas condições mais favoráveis: o custo médio dos fertilizantes potássicos da Belarus em 2022 era 60% mais baixo que os fertilizantes da Rússia e do Canadá. Fato: não é possível substituir o potássio de Belarus pelo mercado brasileiro porque é quase 20% do mercado do Brasil. Entretanto, em 1º de fevereiro de 2022, seu trânsito para o Brasil por meio do tradicional porto marítimo de Klaipeda (Lituânia) foi interrompido pela decisão do governo lituano por motivos políticos inventados.

É importante entender que as medidas contra o trânsito de fertilizantes potássicos de Belarus por meio da Lituânia não estão relacionadas a ações militares na Ucrânia. A base das sanções está no não reconhecimento pelos Estados Unidos e pela União Europeia das eleições presidenciais de agosto de 2020 em Belarus e nas subsequentes ações hostis dos EUA e da UE, que visam prejudicar os países que dependem de fertilizantes potássicos de Belarus (Brasil, China, Índia).

Estamos procurando opções possíveis em conjunto com as autoridades brasileiras. Em

abril de 2022, uma delegação belorrussa conduziu uma série de negociações no Planalto com a Frente Parlamentar Agropecuária e com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Foi observado que o Brasil está interessado em fertilizantes potássicos a um valor razoável para sua agricultura. Os preços atuais no mercado de fertilizantes, que são afetados pelas dificuldades de abastecimento de Belarus, estão aumentando o custo da produção agrícola no Brasil devido à redução do acesso ao potássio.

A retomada do fornecimento de potássio da Belarus para o Brasil certamente levará a uma redução significativa do preço no mercado brasileiro desse tipo de fertilizantes e do custo da produção agrícola. Belarus está jogando para baixar os preços do potássio. Há promessas de alguns países de que eles ajudarão na compra de fertilizantes. Mas há uma diferença entre comprar uma tonelada por R\$ 1 mil ou por R\$ 5 mil.

Essa situação requer solução abrangente. Apesar de uma série de garantias de produtores canadenses de potássio, parece lógico que a agricultura brasileira permaneça competitiva nesse mercado e retome os canais de abastecimento da Belarus. Além disso, o governo de Belarus decidiu liberalizar os procedimentos de exportação de potássio a partir de 6 de abril de 2022. Nesse contexto, um vínculo direto entre o usuário final no Brasil e o produtor de fertilizantes na Belarus poderia ser uma solução eficaz. Um grupo de

grandes cooperativas ou empresas agrícolas do Brasil poderia trabalhar em uma compra direta em Belarus.

Historicamente, o fornecimento de potássio da Belarus para o Brasil era feito por meio de intermediários. Quando a situação política em torno do fornecimento de fertilizantes potássicos da Belarus se complicou, os intermediários não conseguiram resolvê-la, pois, como resultado, não estavam interessados no preço racional do potássio no mercado brasileiro, bem como devido à pressão política dos EUA e da UE.

Há muitas informações sobre os acontecimentos na Ucrânia, nosso país vizinho. Há muitas informações não verificadas e manifestamente falsas sobre a participação dos militares da Belarus nessas ocorrências. Temos falado sobre isso desde o início e, assim, em 13 de abril de 2022, a Organização para Segurança e Cooperação na Europa confirmou em sua declaração oficial que Belarus não estava envolvida na “operação especial na Ucrânia”.

Belarus, como país que tem fronteiras tanto com a Ucrânia quanto com a Rússia, tinha um fardo significativo: ajudar refugiados, defender fisicamente suas fronteiras. Belarus fornece uma plataforma para negociações pacíficas, enquanto países ocidentais fornecem armamento. Em nossa opinião, o fornecimento de armamento apenas enfatiza a ausência de interesse na cessação das hostilidades.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O Grande Irmão

Por mais espantoso e surrealista que possa parecer, os ainda cidadãos brasileiros estão, de forma lenta e gradual, aplainando com as próprias mãos o terreno para a construção do que pode vir a ser o mais eficaz e moderno Estado ditatorial que se tem notícia. Toda essa distopia vai, a cada dia, ganhando forma e conteúdo por meio de um mega sistema que permeia todo o Estado, contaminando suas instituições, ao mesmo tempo em que prepara todo um arcabouço legal para legitimá-lo, em caso de oposição ou questionamentos.

Trata-se aqui, não de uma teoria da conspiração, como alegam seus beneficiários, mas uma realidade que vai se concretizando a olhos vistos, diante de todos. De um lado, vamos assistindo, inertes, o enfeixamento de super poderes nas mãos do Judiciário, com juízes e outros operadores desse Poder ganhando relevância sobrenatural, interferindo em outras instâncias, legislando e interpretando as leis como bem lhes aprezem. Também investigando, julgando e punindo, tudo num mesmo pacote, intimidando governadores, prefeitos e até o presidente da República abertamente e, enfim, impondo um clima de medo geral, ameaçando inclusive todos aqueles que ousarem antepor dúvidas sobre seu comportamento. Há, aqui, uma visível hipertrofia do Judiciário, prejudicial ao que ainda acreditamos ser o Estado Democrático de Direito.

Um termo pomposo, mas que vai perdendo seu significado real, à medida em que os dias passam. Por outro lado, existe ainda uma ameaça tão ou mais sobrenatural para a cidadania vinda justamente de onde se esperava haver uma maior proteção e amparo aos cidadãos. Os ditos representantes da população, com assento no Poder Legislativo, estão, todos eles, por conta de uma atuação estratégica, coordenada pelos partidos, com o controle absoluto sobre um naco significativo do Orçamento da União, na forma de emendas secretas, tanto de relatoria, quanto de bancadas ou individuais.

São dezenas de bilhões de reais que transitam sem controle, indo diretamente para correligionários, redutos ou currais eleitorais ou para as mãos de amigos, parentes, laranjas e outros grupos, que usam essas verbas para abrir veredas livres para esses parlamentares e para perpetuação desses indivíduos no poder. Nada dessa dinheirama toda, sem carimbo e sem auditoria, é destinada para o benefício de projetos para as populações necessitadas.

O que se tem aqui é um novo tipo de Orçamento da União sujo, em que o dinheiro do pagador de impostos vai para essa união espúria de grupos parlamentares, que dele fazem o que querem. Nesse verdadeiro oceano de dinheiro em que navegam, os parlamentares contam ainda com os recursos bilionários provenientes dos Fundos Partidários e Eleitorais, todos destinados ao enriquecimento de legendas privadas e vazias de conteúdo para a perpetuação de um sistema viciado em que notórios indivíduos, a maioria com processos cabeludos junto a justiça, permanecem se elegendo, pleito após pleito.

Leis como improbidade, ficha limpa e outros instrumentos legais que deveriam trazer alguma proteção e ética à coisa pública, são descartados e sequer mencionados. O que a população parece não ter se dado conta ainda é que está, por meio dos impostos que paga ou que são arancados pela Receita daqueles que não possuem as blindagens do Estado, financiando a consolidação de um governo e principalmente de um Estado ditatorial, em que a elite política, juntamente com a elite da magistratura, está fechando o cerco em torno dos cidadãos, obrigando-os a custear uma gigantesca máquina burocrática e corrupta, a serviço apenas de um pequeno grupo, que vive naquilo que Machado de Assis denominava, ainda no século XIX como o Brasil oficial, longe do que é o Brasil real. É a nossa versão piorada e abrasileirada do Grande Irmão, que bancamos com nosso suor.

» A frase que foi pronunciada

“Esta é a primeira CPI da história que fecha os olhos para a corrupção.”

Senador Girão sobre estados e municípios que não prestaram contas do que fizeram com o dinheiro público

Inacreditável

» Mais uma vez o consumidor completamente desamparado é feito responsável pelas perdas das empresas de turismo durante a pandemia. Amiga que buscou o Judiciário, não só não conseguiu o dinheiro de volta da viagem que marcou antes da pandemia, como não pode remarcar o mesmo percurso e ainda teve que pagar os honorários do advogado da parte contrária. A sugestão dada para a nova viagem é diminuir o percurso e pagar quase o dobro do que já pagou. Se isso é justiça, precisamos trocar de dicionário.

É mesmo

» Recebemos uma pergunta do leitor Davi Yamim e não sabemos responder. Alguém viu uma nota de R\$ 200 por aí?

» História de Brasília

Não posso mais falar com minha vizinha aí do lado. Ela foi para outra página, enquanto nós registramos, daqui, nosso protesto ao Elton e Adilson. (Publicada em 23.02.1962)